



Número: **0860089-92.2019.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **20ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **18/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MANOEL GOMES DA SILVA (AUTOR)		BRUNO HENRIQUE CORTEZ DE PAULA (ADVOGADO) ERIC TORQUATO NOGUEIRA (ADVOGADO) CLAUDIMIR JOSE FERREIRA VELHO (ADVOGADO)	
MAPFRE SEGUROS (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
52012640	18/12/2019 19:00	Petição Inicial	Petição Inicial
52012642	18/12/2019 19:00	01 PETIÇÃO INICIAL	Outros documentos
52012643	18/12/2019 19:00	02 DOCUMENTO DE IDENTIDADE	Documento de Identificação
52012649	18/12/2019 19:00	03 COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA_0001	Documento de Comprovação
52012650	18/12/2019 19:00	04 PROCURAÇÃO	Procuração
52012652	18/12/2019 19:00	05 DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Documento de Comprovação
52012653	18/12/2019 19:00	06 BOLETIM DE OCORRÊNCIA_0001	Documento de Comprovação
52012654	18/12/2019 19:00	07 PRONTUÁRIO MÉDICO_0001_compressed (1)	Outros documentos
52012655	18/12/2019 19:00	08 REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO MANOEL GOMES	Requerimento Administrativo
52012656	18/12/2019 19:00	09 CONTRATO DE HONORÁRIOS	Outros documentos
52012662	18/12/2019 19:13	Decisão	Decisão

SEGUE EM ANEXO





**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DE
UMA DAS VARAS ESPECIALIZADAS EM DPVAT DA COMARCA DE NATAL,
RIO GRANDE DO NORTE.**

MANOEL GOMES DA SILVA, brasileiro, viúvo, aposentado, inscrito no CPF/MF sob o nº 379044504-53, portador da cédula de identidade nº 172.672 SSP/RN, residente e domiciliado na Rua José Bezerra, nº 108, Centro, CEP: 59275-000, São José do Campestre/RN (documentos pessoais em anexo), por seus bastantes procuradores e advogados que esta subscrevem (procuração apensa), com escritório no endereço grafado no rodapé desta inicial, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 6.194/74, propor

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA (DPVAT)

em face de **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38, com sucursal em Natal/RN, na Avenida Jaguarari, nº 1865, Lagoa Nova, CEP: 59054-500, telefone de contato: (84) 3223-4257, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

I - DA JUSTIÇA GRATUITA

1

Edifício Sfax (sala 1504) - Avenida Romualdo Galvão, 293, Tirol, Natal/RN, CEP 59022-250
55 (84) 3301-5336 | 98711-5930 | Email: tpv@tpvadvocacia.com.br



Declara a parte Autora que a sua situação econômica atual não lhe permite demandar sem o prejuízo do seu sustento próprio e de sua família, pelo que requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita, com fundamento no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, Lei nº 1.060/50, com alteração pela Lei nº 7.510/86, e art. 98 do CPC.

A doutrina pátria vem, reiteradamente, aceitando o deferimento dos benefícios da gratuidade da justiça, sem maiores formalidades, mediante simples alegação da parte de que não possui condições para demandar em juízo. Como bem leciona o professor JOSÉ ROBERTO CASTRO, ao tratar do assunto em referência:

“Basta que o próprio interessado, ou seu procurador declare, sob as penas da lei, que o seu estado financeiro não lhe permite arcar com o custeio do processo”

Pelo exposto, com base na garantia jurídica que a lei oferece, requer, o Autor, a concessão do benefício da gratuidade judiciária, em todos os seus termos, a fim de que sejam isentos de qualquer ônus decorrente do presente feito.

II - DOS FATOS

A parte autora envolveu-se em acidente de trânsito na data de 25/04/2016, por volta das 09:00, na cidade de São José do Campestre/RN, quando, ao trafegar pela via uma madeira caiu de um caminhão e o atingiu, tendo este vindo ao solo, a vítima foi socorrida ao Hospital Municipal e posteriormente encaminhada ao Hospital Walfredo Gurgel, conforme narra o Boletim de Ocorrência apenso.

O infortúnio causou escoriações ao promovente, bem como fratura exposta do pé direito, fratura do alux direito grau II, com amputação do alux direito, que acabou limitando os movimentos de todo o membro inferior atingido, resultando na incapacidade permanente, conforme documentação médico-hospitalar apensa. Como se vê, muito



embora a lesão ocasionada fora no halux, as seqüelas do dano repercutiram para todo o membro inferior.

Foi submetido a procedimentos médicos diversos para amenizar as fortes dores e os traumas oriundos do infortúnio, ou seja amputação do halux direito, como assim detalha a documentação médico hospitalar apensa.

Frise-se que a parte autora necessitou de cuidados emergenciais e teve que ser internado para realização de procedimento cirúrgico em decorrência dos traumas sofridos.

Ademais, a parte autora requereu junto a seguradora ré o pagamento do seguro obrigatório DPVAT, visto que sua situação enquadrava-se naquelas previstas nas hipóteses de concessão do pagamento deste seguro. Registre-se que o valor do seguro disponibilizado foi de R\$ 1.350,00 (Um mil trezentos e cinquenta reais), na esfera administrativa.

Ocorre que a lesão teve repercussão para todo o membro inferior, de modo que o valor creditado em favor da parte autora é **inferior** ao que este faz jus, haja vista que o percentual atinente à lesão não correspondeu ao da tabela anexa à Lei 6.194/74, consoante será comprovado mediante a realização de perícia médica judicial, o que desde já se requer.

Não custa lembrar que, embora a lei preceitue que o pagamento da indenização dar-se-á de acordo com o grau de invalidez causado à vítima do acidente, **tal fato não impõe à parte o ônus de indicar em sua inicial tal percentual, na medida em que tal questão pode ser apurada ao longo da instrução processual e perícia médica, o que desde já se requer.**

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT.

III - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS



O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foram criadas por lei. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda que os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei 6.194/74, alterada pela Lei 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), a parte requerente faz jus à indenização pelas sequelas decorrentes do acidente de trânsito, no montante estabelecido conforme o art. 3º, incisos II e III, da Lei nº 6.194/74, “in verbis”:

Art. 3º “Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - omissis

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

A parte autora munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação *sus*o mencionada, tais como exames médicos dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência realizado no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano



decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

A propósito, a exigência exagerada de apresentação de documentos, por exemplo, originais ou cópia autenticada, prática habitual da seguradora demandada, é exacerbadamente rigorosa, compreendendo formalidade incompatível com o princípio da instrumentalidade do processo, sendo, inclusive, motivo insuficiente para indeferimento da inicial.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, tem a parte autora direito à indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada, senão vejamos:

*APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. **COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO**. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial*



provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 8.441/92.

Ex positis, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação dos exames, atestados e laudo médico apresentados, além do registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Ademais, em se tratando de seguro pessoal, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o art. 789 do novel Código Civil, o que atentaria ao princípio da dignidade humana.

Da documentação colacionada aos autos pela parte autora pode-se inferir de forma precisa a existência de sequelas, cujo valor correto da indenização só será conhecido quando da realização de perícia médica.

Portanto, a parte autora faz jus à indenização do seguro obrigatório DPVAT em virtude das seqüelas oriundas do sinistro.

IV - DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E O ÔNUS DA PROVA

A relação estabelecida entre a seguradora e o segurado, como sabido e ressabido, é considerada relação de consumo, regida, portanto, pela legislação consumerista.

A propósito, dispõe o Código de Defesa do Consumidor que:



Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

(...)

§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

Admitida a aplicação analógica do Código de Defesa do Consumidor nas cobranças do seguro DPVAT, imprescindível constatar o preenchimento dos requisitos autorizadores.

No caso afigura-se possível a inversão do ônus da prova, por serem verossímeis as alegações e pelo fato de o autor ser hipossuficiente.

Outrossim, mesmo que seja matéria controvertida na jurisprudência, não há impedimento quanto a aplicação analógica das regras do Código de Defesa do Consumidor às ações de cobrança de seguro DPVAT, por não haver regra na legislação específica impedindo a inversão do ônus da prova. Alias, o §2º do artigo 3º do CDC autoriza a incidência de suas regras nas ações securitárias privadas, que muito se assemelham com as cobranças do seguro DPVAT, e, portanto, mais um motivo relevante autorizador.

Logo, constatada a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência da parte autora, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor ao caso concreto, sendo admitida a inversão do ônus da prova, ainda que não se trate de relação tipicamente de consumo.

V - DA CONVERSÃO PARA O RITO ORDINÁRIO



A ação de cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT visa o recebimento de indenização em razão de óbito ou invalidez permanente, ocasionados em virtude de acidente de trânsito, devendo seguir o procedimento sumário, conforme determinado pelas regras do art. 275, II, “e”, adotado por Vossa Excelência.

Como se percebe pela rotina das audiências já realizadas, muito raramente sucede acordo antes da realização da perícia, a qual não ocorre antes da audiência de conciliação, sendo muito mais comum a realização de acordo fora da audiência, com apresentação de petição escrita para homologação do Juízo. Desta forma, é ineficaz a realização de audiência de conciliação antes da confecção e apresentação do Laudo de Exame Pericial, a ser realizado após citação do réu para oferecimento de contestação bem como de quesitos para a perícia médica, adaptando-se o procedimento para que se alcance a máxima efetividade dos atos processuais.

Constitui poder-dever do magistrado, sempre que não houver prejuízo às partes, adequar o procedimento à pretensão deduzida em Juízo, em observância aos princípios da efetividade, economia e acesso à jurisdição.

Requer, portanto, a adoção do rito ordinário, uma vez que, além do desenvolvimento célere, não serão causados prejuízos às partes, por não interferir substancialmente no processo.

VI –DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA – TERMO INICIAL

Constatado que o Requerente não recebeu a quantia devida face as seqüelas que o acometeram, deve a Requerida ser condenada a efetuar o pagamento da indenização devida.

Nesse particular aspecto, inexistente dúvida que a seguradora incide em mora ao não efetuar o pagamento da indenização devida de acordo com a legislação de regência.

No pertinente aos juros de mora, seu cômputo deve ocorrer a partir da data do evento danoso.



Não obstante a posição da seguradora quanto a este aspecto, no sentido de que os encargos moratórios incidem a partir da citação ou do ajuizamento da ação, visando atender ao princípio da unicidade da prestação da tutela jurisdicional, é de se aceder ao entendimento majoritário dos Tribunais os quais determinam que sejam os juros calculados desde a data da ocorrência do evento danoso.

Não é outro o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça. *In verbis*:

Súmula 580-STJ: A correção monetária nas indenizações de seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parágrafo 7º do artigo 5º da Lei 6.194/74, redação dada pela Lei 11.482/07, incide desde a data do evento danoso.

Ainda:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC)- REPARAÇÃO DE DANOS PELO PROCEDIMENTO SUMÁRIO - ATROPELAMENTO - CULPA DA EMPRESA DE ÔNIBUS - NÃO COMPROVAÇÃO DO RECEBIMENTO DO DPVAT - JUROS DE MORA FIXADOS A PARTIR DO EVENTO DANOSO - INSURGÊNCIA DA RÉ. [...] 3. **Em se tratando de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios incidem desde o evento danoso, inclusive sobre o valor dos danos morais.** Enunciado 54 da Súmula do STJ. 4. Arts. 389 do Código Civil e 333, I, II, do Estatuto Processual Civil. Ausência de prequestionamento. Súmula n. 282 do STF. 5. Não logrou o recorrente demonstrar a divergência jurisprudencial nos moldes exigidos pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. 6. Agravo regimental a que se nega



providimento. (STJ - AgRg no AREsp: 269079 RJ 2012/0261937-8, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Julgamento: 24/09/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/10/2013)

Ademais, acaso Vossa Excelência entenda de modo diverso, subsidiariamente, a correção monetária deve incidir a contar da data do pagamento a menor, porquanto se trata de reposição da perda do valor da moeda.

Seguindo o mesmo entendimento, colacionamos alguns julgados:

RECURSOS DE APELAÇÃO. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. PEDIDO DE INCLUSÃO DA SEGURADORA LÍDER COMO LITISCONSORTE PASSIVA. INDEFERIMENTO. MÉRITO. NEXO CAUSAL ENTRE O FATO E O DANO COMPROVADO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. LIMITAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO AO QUANTO PEDIDO EXPRESSAMENTE PELA PARTE. TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO PAGAMENTO A MENOR. MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. POSSIBILIDADE. APELOS PROVIDOS EM PARTE. (Apelação Cível Nº 70037887247, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio...(TJ-RS - AC: 70037887247 RS, Relator: Antônio Corrêa Palmeiro da Fontoura, Data de Julgamento: 27/01/2011, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 09/02/2011)

APELAÇÃO CÍVEL - MÉRITO - INDENIZAÇÃO
SECURITÁRIA - DPVAT - COMPLEMENTAÇÃO -
ADMISSIBILIDADE - QUANTUM INDENIZATÓRIO -



PROPORCIONALIDADE - TABELA PARA CÁLCULO DE INVALIDEZ - INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA - DATA DO PAGAMENTO A MENOR - HONORÁRIOS - LEGALIDADE - RECURSO DESPROVIDO. É plenamente possível pleitear em juízo a complementação de seguro obrigatório pago parcialmente por via administrativa. Conforme precedente do Superior Tribunal de Justiça, em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro obrigatório (DPVAT) deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade. A correção monetária nas ações de cobrança de seguro obrigatório que visam à complementação da verba indenizatória deve incidir a partir da data do pagamento a menor realizado na esfera administrativa. Nas causas de pequeno valor, os honorários advocatícios serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, conforme disposto no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil. (Ap 124078/2010, DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 31/05/2011, Publicado no DJE 06/06/2011). (TJ-MT - APL: 00024631120098110003 124078/2010, Relator: DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, Data de Julgamento: 31/05/2011, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/06/2011)

“APELAÇÃO CÍVEL 1 - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - JUROS DE MORA DEVIDOS DESDE O PAGAMENTO A MENOR - DIFERENÇA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO- RECIBO DANDO QUITAÇÃO - POSSIBILIDADE DO BENEFICIÁRIO PLEITEAR A DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO - VALOR ARBITRADO EM 40 VEZES O MAIOR SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA - POSSIBILIDADE - LEI 6.194/74 NÃO REVOGADA PELAS LEIS 6205/75 E 6423/77 PRIMEIRO RECURSO PREJUDICADO E SEGUNDO DESPROVIDO”.(TJPR – 9ª Câmara Cível – Apelação



Cível n.º 0402086-6 – Rel. Des. José Augusto Gomes Aniceto – j. 22/03/2007).

Tendo em vista as considerações acima, chegamos a conclusão de que em se tratando de pedido de pagamento de valores relativos, os juros de mora e a correção monetária devem ser computados a partir da data do evento danoso ou do pagamento a menor.

VII – DA ELABORAÇÃO DOS QUESITOS

Nesta oportunidade, a parte autora apresenta os seguintes quesitos para serem respondidos pelo senhor perito no momento da realização da perícia médica, solicitando, desde já, que a análise pericial obedeça aos preceitos do art. 473, do CPC/2015, que assim dispõe. “Ipsis litteris”:

Art. 473. O laudo pericial deverá conter:

I - a exposição do objeto da perícia;

II - a análise técnica ou científica realizada pelo perito;

III - a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;

IV - resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público. (g.n.)

§ 1º No laudo, o perito deve apresentar sua fundamentação em linguagem simples e com coerência lógica, indicando como alcançou suas conclusões.

§ 2º É vedado ao perito ultrapassar os limites de sua designação, bem como emitir opiniões pessoais que



excedam o exame técnico ou científico do objeto da perícia.

§ 3º Para o desempenho de sua função, o perito e os assistentes técnicos podem valer-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder da parte, de terceiros ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com planilhas, mapas, plantas, desenhos, fotografias ou outros elementos necessários ao esclarecimento do objeto da perícia.

Eis os quesitos:

- 1) Queira o Sr. Perito informar qual sua especialidade;
- 2) Qual o tipo de lesão sofrida pela parte Autora em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 3) A(s) lesão(ões) repercutira(m) em todo o(s) membro(s) atingido(s)?
- 4) Qual foi o tratamento médico aplicado ao periciado?
- 5) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, é possível determinar por quanto tempo o(a) periciado(a) pode ficar impossibilitado(a) de exercer atividade laborativa? O(a) periciado(a) chegou a ficar impossibilitado de trabalhar?
- 6) O(a) periciado(a) se encontra acometido(a) de alguma doença/lesão que o(a) incapacite para o trabalho? Em caso positivo, qual a sua natureza?
- 7) Desde quando o(a) periciado(a) é portador(a) da doença e há quanto tempo estaria incapacitado(a)? E, sendo possível, informar a data provável da consolidação da lesão ou seqüela.
- 8) Caso o(a) periciado(a) tenha fruído de benefício previdenciário, é possível afirmar que se encontrava incapacitado(a) para o trabalho ou para suas atividades habituais quando da cessação do referido benefício? Em caso de resposta positiva, por quanto tempo?
- 9) Quais as seqüelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes)?
- 10) Havendo seqüelas, qual(is) o(s) tratamento(s) recomendado(s) para corrigi-la(s) ou atenuá-la(s)? Qual(is) seu(s) custo(s) médio(s)?
- 11) Houve (ou continua havendo) progressão ou agravamento da(s) seqüela(s)? Especifique.
- 12) A(s) seqüela(s) podem ser eliminadas ou minimizadas? Como?



- 13) Tal doença incapacita-o(a) temporariamente, permitindo recuperação, ou permanentemente?
- 14) Há chance de reabilitação profissional?
- 15) Qual a profissão do periciado?
- 16) O periciado encontra-se incapacitado para suas atividades laborativas **habituais**?
- 17) Há outras informações, inclusive sobre enfermidade(s) diversas das mencionadas na petição inicial, que podem ser úteis à solução da lide?
- 18) O(a) periciado(a) necessita de constante assistência de terceira pessoa, sobretudo para sua higiene, para vestir-se ou alimentar-se?
- 19) Foi realizada cirurgia no periciado. Se sim, o procedimento cirúrgico foi capaz de suprir as lesões ou danos inerentes ao acidente?
- 20) A(s) seqüela(s) encontradas tem(têm) nexos causal com o acidente relatado neste processo?
- 21) Houve progressão, agravamento ou desdobramento da doença ou lesão ao longo do tempo?
- 22) Há outras lesões diversas daquelas indicadas na inicial, mas que possuem relação direta com o acidente de trânsito informado?**
- 23) Em razão de sua enfermidade a parte autora necessita de permanentes cuidados médicos, de enfermagem ou de terceiros? Especificar.
- 24) A parte autora necessita de auxílio de órteses ou próteses? Caso positivo, especificar.
- 25) Se necessário prestar outras informações que o caso requeira e sejam pertinentes à solução da lide.

VIII - DOS PEDIDOS

Ante o exposto requer a Vossa Excelência:

a) A citação da demandada, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto aos fatos alegados, bem como para comparecer a audiência de conciliação ou de mediação, na forma do art. 319, VII, do CPC/2015;



- b) A procedência dos pedidos para condenar a Demandada ao pagamento do Seguro DPVAT devido à parte Autora, respeitando o previsto na Lei nº 6.194/73 **e a proporção de invalidez apurada por perito nomeado pelo Juízo, corrigidos a partir do evento danoso pelo IGP-M e juros de 1% ao mês;**
- c) A realização de perícia médica por médico especialista em ORTOPEDIA para apurar as lesões e/ou seqüelas da parte autora;
- d) **Sejam respondidas pelo Sr. Perito todos os quesitos formulados pela parte autora, em atenção ao art. 473, IV, do CPC/2015, sob pena de nulidade, solicitando, desde já, que a análise pericial obedeça aos preceitos do precitado artigo;**
- e) Acaso os presentes autos sejam remetidos ao CEJUSC para marcação de audiência e, conseqüentemente, realização de perícia judicial, requer, **ANTES DE REALIZADA A PERÍCIA MÉDICA,** o desentranhamento de toda a documentação médico-hospitalar que se encontra no acervo da seguradora demandada para que seja apreciada pelo médico perito **no momento da análise médica;**
- f) Seja a seguradora demandada intimada, **antes da realização da perícia médica judicial,** para apresentar nos autos cópia do processo administrativo referente ao sinistro em questão, documento comum às partes, em atenção ao artigo 396 do CPC/2015.
- g) **requer, ainda, seja disponibilizada a lista de peritos na vara ou na secretaria deste Juízo, na forma do art. 157, § 2º, do CPC/2015;**
- h) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios, estes em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação OU, sendo inestimável ou irrisório o proveito econômico, em montante a ser arbitrado por Vossa Excelência, em atenção ao art. 85, § 8º, do CPC;
- i) A inversão do ônus da prova nos termos do §2º do artigo 3º do CDC;
- j) A produção de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente a prova testemunhal, documental e pericial;



k) A concessão do benefício da justiça gratuita, nos moldes do art. 4º, da lei nº 1.060/50, eis que a parte Autora não tem possibilidade de arcar com as custas do presente feito e com seus ônus sucumbências, sem prejudicar seu próprio sustento e de sua família;

l) Em caso de procedência da causa ou acordo firmado no curso do processo, requer a retenção dos honorários advocatícios contratuais e/ou sucumbências por meio de transferência bancária eletrônica de valores depositados em conta vinculada ao juízo, em respeito ao art. 906, parágrafo único, do CPC, para a conta corrente nº 28.729-6, agência 8082-9 do Banco do Brasil, titulada por ERIC TORQUATO NOGUEIRA (CPF: 061.387.934-12);

m) Na impossibilidade de atendimento ao item anterior, requer, desde já, a retenção dos honorários advocatícios, com expedição de alvará em nome do advogado ERIC TORQUATO NOGUEIRA, CPF: 061.387.934-12, para levantamento dos honorários contratuais e/ou sucumbenciais – contrato apenso;

Opta, o autor, amparado pelo art. 319, VII, do CPC, pela NÃO realização de audiência de conciliação ou de mediação, haja vista a improvável possibilidade de acordo.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) para fins de fixação de alçada.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Natal/RN, 18 de dezembro de 2019.

ERIC TORQUATO NOGUEIRA
OAB/RN 11760

BRUNO HENRIQUE CORTÊZ DE PAULA
OAB/RN 14290

CLAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO
OAB/RN 7268





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 172.672 DATA DE EXPEDIÇÃO: 13/10/2017

NOME: MANOEL GOMES DA SILVA

FILIAÇÃO: JOAQUIM GOMES DA SILVA
DOMITILA PEREIRA

NATURALIDADE: LAGOA D'ANTA RU DATA DE NASCIMENTO: 21/01/1942

DOC. ORDEM: CERT. DE NASCIMENTO L-1-07 P-103 05-6006
SAO JOSE DO CAMPESTRE EM CARTORIO UNICO CARTORIO

CPF: 379.044.504-53 ASSINATURA DO DIRETOR: Josebas Ferreira do N. Junior 3a. VIA

LEI Nº 7.116 DE 20/06/83

Última

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE PERÍCIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

MAIOR DE 65 ANOS

ASSINATURA DO TITULAR: *Manoel Gomes da Silva*

CARTEIRA DE IDENTIDADE





COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE
Avenida Senador Salgado Filho, 1555, Tirol, CEP 59015-090
CNPJ: 08.334.385/0001-35 / INSC. Estadual: 20055.426-3
Admin. Central (84) 3232-4432 / Ouvidoria: (84) 3232-4562

ESCRITÓRIO DE ATENDIMENTO
Rua José Bezerra, 108 - Centro
São José do Campestre - RN 59275-000

115
32943995

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS
IMPRESSO EM 16/09/2019 ÀS 07:27:16

MATRICULA:
9577130

MES/ANO
09/2019

DADOS DO CLIENTE

MANOEL GOMES DA SILVA
RUA JOSE BEZERRA, N. 108 - CENTRO SAO JOSE DO
CAMPESTRE RN 59275-000

INSCRIÇÃO	ROTA	SEQ. ROTA	QUANTIDADE DE ECONOMIAS
564.001.126.0451.000	3	1686	1
HIDROMETRO	SITUAÇÃO ÁGUA	SITUAÇÃO ESGOTO	POTENCIAL
A14N066824	LIGADO		
CONSUMO ÁGUA (M3): 22		DATA LEITURA: 16/09/2019	
		LEIT. ATUAL: 357	
		LEIT. ANT.: 335	
		DIAS CONSUMO: 34	

HISTÓRICO DE CONSUMO

REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	MEDIA
08/2019	22	06/2019	25	04/2019	15	17
07/2019	19	05/2019	18	03/2019	8	

DESCRIÇÃO

ÁGUA	CONSUMO	TOTAL (R\$)
RES ENTRE 50 E 100M 1 UNIDADE(S)	10 M3	39,99
ATE 10 M3 - 39,99 POR UNIDADE	5 M3	22,30
11 M3 A 15 M3 - R\$ 4,46 POR M3	5 M3	26,35
16 M3 A 20 M3 - R\$ 5,27 POR M3	2 M3	11,88
21 M3 A 30 M3 - R\$ 5,94 POR M3		2,36
MULTA P/IMPONTUALIDADE 08/2019		
FATURAS EM ATRASO		
REF 201905	79.34	
REF 201907	83.37	

TRIBUTOS	BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL(%)	VALOR DO IMPOSTO
PIS	100,52	1.65	1,66
COFINS	100,52	7.6	7,64
TOTAL A PAGAR:			102,88
VENCIMENTO:	21/09/2019		

PARÂMETROS	TURBIDIDADE	PH	CLOR. TOTAL	CLORO RESIDUAL LIVRE	NITRATO (como N)
VMP e Recomendações	≤ 5.0 UT	6.0 a 9.5	≤ 2.0 mg/L	0.2 a 2.0 mg/L	≤ 10.0 mg/L
Valores Obtidos	1.16	5.72	97.37 %	0.86	--

826000000001 6 02880006564 2 00957713001 7 09201990003 1



MATRICULA	MES/ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
9577130	09/2019	21/09/2019	102,88



COMPROVANTE DA CAERN



PROCURAÇÃO

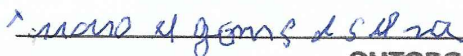
OUTORGANTE: MANOEL GOMES DA SILVA, brasileiro, viúvo, aposentado, inscrito no CPF/MF sob o nº 379.044.504-53, portador da cédula de identidade nº 172672 ITEP/RN, residente e domiciliado na Rua José Bezerra, nº 108, Centro, CEP: 59275-000, São José de Campestre/RN.

OUTORGADO(S): ERIC TORQUATO NOGUEIRA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 11760, portador do CPF/MF nº 061.387.934-12; **BRUNO HENRIQUE CORTÊZ DE PAULA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 14290, portador do CPF/MF nº 061.192.214-25; **CLAUDIMIR JOSÉ FERREIRA VELHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 7268, portador do CPF/MF nº 452.648.800-34, ambos com endereço profissional situado à Avenida Romualdo Galvão (Edifício Sfax - sala 803), nº 293, Tirol, Natal/RN, CEP 59020-640.

PODERES: Para o foro em geral nos termos do artigo 105 do Código de Ritos, com a cláusula *ad judicium et extra*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, concomitantes com os especiais notadamente para promover quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, assinar termo de acordo judicial ou extrajudicial, acordar, renunciar, recorrer, agravar, substabelecer no todo ou em parte, atuar em conjunto ou separadamente com outros advogados para defender os interesses do(s) Outorgante(s) até que as providências tomadas na defesa dos seus interesses tenham cessado.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, levantar ou receber RPV, precatórios e alvarás, requerer a justiça gratuita, dar e/ou receber quitação, declarar a hipossuficiência econômica, tudo em conformidade com a norma do art. 105, do Código de Processo Civil.

Natal, 23 de setembro de 2019.



OUTORGANTE



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

MANOEL GOMES DA SILVA, brasileiro, viúvo, aposentado, inscrito no CPF/MF sob o nº 379.044.504-53, portador da cédula de identidade nº 172672 ITEP/RN, residente e domiciliado na Rua José Bezerra, nº 108, Centro, CEP: 59275-000, São José de Campestre/RN, declara que, em função de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República, art. 98 e seguintes do CPC e da Lei nº 1.060/50.

Natal/RN, 23 de setembro de 2019.

Manoel Gomes da Silva

DECLARANTE





Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
Polícia Civil
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: DELEGACIA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

Endereço: AV. VEREADOR MANOEL CARDOSO DA SILVA, S/N, CENTRO, SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2019157000279

1.2 Data de Expedição: 15/08/2019 12.03.27

1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO

1.4 Ligou CIOSP: Não

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 25/04/2019 09.00.00

2.2 Autoria: Conhecida

2.3 Fato: Consumado

2.4 Flagrante: Não

2.5 Meio(s) empregado(s): Outros

2.6 Tipo do local: Via Pública

2.7 Logradouro: RUA JOSÉ BEZERRA DA SILVA

2.8 Número: S/N

2.9 CEP: 59.275-000

2.10 Complemento:

2.11 Ponto de Referência:

2.12 Bairro: CENTRO

2.13 Cidade: SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: JOSÉ HUMBERTO DA SILVA

3.2 Estado civil: Casado(a)

3.3 Nome Social:

3.4 Pai: MANOEL GOMES DA SILVA

3.5 Etnia: Branca

3.6 Mãe: MARIA DAS GRAÇAS AMARO

3.7 Sexo: MASCULINO

3.8 Orientação Sexual: Ignorado

3.9 CPF: 96769424487

3.10 Identidade de Gênero: Ignorado

3.11 Nacionalidade:

3.12 Data de Nascimento: 25/10/1972

3.13 Profissão: PROFESSOR

3.14 RG: 1451771 - SSP-RN

3.15 Telefone(s):

3.16 Passaporte:

3.17 Número: 108

3.18 Naturalidade: SÃO JOSE DO CAMPESTRE

3.19 Bairro: CENTRO

3.20 E-Mail:

3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3.22 Logradouro: RUA JOSE BEZERRA

3.23 Cidade: SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

3.24 CEP: 59275000

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 Nome Completo: MANOEL GOMES DA SILVA

4.1.2 Estado civil: Viúvo(a)

4.1.3 Nome Social:

4.1.4 Pai: JOAQUIM GOMES DA SILVA

4.1.5 Mãe: DOMITILA PEREIRA

4.1.6 Identidade de Gênero: Ignorado

4.1.7 Orientação Sexual: ignorado

4.1.8 Etnia: Branca

4.1.9 Sexo: MASCULINO

4.1.10 Data de Nascimento: 21/01/1942

4.1.11 CPF: 37904450453

4.1.12 RG: 172672

4.1.13 Nacionalidade:

4.1.14 Profissão: APOSENTADO(A)

4.1.15 Logradouro: RUA JOSE BEZERRA

4.1.16 Passaporte:

4.1.17 Número: 108

4.1.18 E-Mail:

4.1.19 Bairro: CENTRO

4.1.20 CEP: 59275000

4.1.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

4.1.21 Cidade: SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S) (NÃO FORAM INCLUÍDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S) (NÃO FORAM INCLUÍDAS TESTEMUNHAS)

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

7.1.1 Segurado: Não

7.1.2 Seguradora:

7.1.3 Chassi: 9C2JB0100KR122044

7.1.4 Renavam: 01186863886

7.1.5 Placa:

7.1.6 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

7.1.7 Marca: HONDA

7.1.8 Modelo: POP

7.1.9 Ano do Modelo: 2019

7.1.10 Ano de Fabricação: 2019

7.1.11 Cor do veículo: VERMELHA

7.1.12 Tipo do veículo: MOTOCICLETA

7.1.13 Nota Fiscal:

7.1.14 Número do Motor:

7.1.15 Nome do proprietário: JOSE HUMBERTO DA SILVA

7.1.16 Vínculo com a Ocorrência:

7.1.17 Nome do condutor: MANOEL GOMES DA SILVA

7.1.18 Observações: O VEÍCULO POSSUI A PLACA QGR6A54 (PLACA MERCOSUL) O SISTEMA NÃO POSSUI A OPÇÃO PARA ACADASTRAMENTO DA PLACA.

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

O COMUNICANTE RELATOU QUE A VÍTIMA, SEU PAI, CONDUZIA A MOTOCICLETA DESCRITA NESTE BOLETIM, QUANDO UMA MADEIRA CAIU DE UM CAMINHÃO E O ATINGIU, TENDO ESTE VINDO AO SOLO. A VÍTIMA FOI SOCORRIDA AO HOSPITAL MUNICIPAL E POSTERIORMENTE ENCAMINHADO AO HOSPITAL WALFREDO GURGEL. NADA MAIS DISSE.

9.2 Informações do CIOSP

10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NÃO FOI COMPLEMENTADO)

11. DECLARAÇÃO

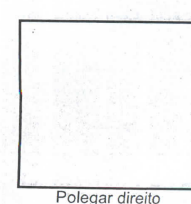
O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

Data 15/08/2019 12.03.27

Carlos Alberto Lapa de Freitas
Policial
de Polícia Civil
at. 2039

MARIANA
AGENTE

Jose Humberto da Silva
Interessado



Polegar direito

Atendimento: 2039192 - Carlos Alberto Lapa de Freitas

Protocolo: J2019157000279 - Código de autenticação: 84c58eada7a323ceff45859b0f25a24f







ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MATERNIDADE MARIA VICÊNCIA DE SOUZA



GAU

GUIA DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA Nº 34

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: ☒ VERMELHO ☐ AMARELO ☐ VERDE ☐ AZUL

DATA: 25/04/19 HORA: 10:20 CARTÃO SUS: 898 003 9738 8482
NOME: Mauroel Gomes da Silva DN: 23/04/52
IDADE: 77 anos SEXO: () FEM. () MASC. PROFISSÃO: aposentado
Mãe: Dominila pereira
RG: 172-672 ESTADO CIVIL: VIVO
ENDEREÇO: Rua José Bezerra Nº 108
BAIRRO: centro MUNICÍPIO: St
CEP: 5775 000 UF: RN TELEFONE: ()

SINAIS VITAIS:

P.A: 80 X 60 mmhg. Fr.CARD: 62 bpm. Fr. RESP: 16 imp. SpO2: 96 %
PESO: 70 HGT: 176 TEMP: 36 °C. DOR: () ECGlasgow: ()

ALERGICO A ALGUMA MEDICAÇÃO: () NÃO () SIM: _____

DADOS CLÍNICOS:

queda de Molo com comprometimento de equilíbrio
permanência de H.V.F. Notel.
pe' Direto
Dr. José Alton Pio
CPF: 085.485.55
CRM: 154

DIAGNOSTICO: Prolapso do pe' Direito

CONDUTA MEDICA:	HORA:	ASSINATURA:

ASSINATURA DO MEDICO (A) E CARIMBO



ASSINATURA DO MEDICO (A) E CARIMBO

[illegible] HO^{\cdot}

ERVAÇÃO () S. DE EMERGÊNCIA () SALA DE MEDICAÇÃO
 RNAÇÃO FARMACIA: _____
 AMINHADO R. PLADO: () SIM () NÃO
 E PARA QUAL FOI AMINHADO (A): na farmácia da família
 ALIDADE: _____ NOME DO PROFISSIONAL: _____
 / / :
 NTADOR (A) A AT. DO DOS CUIDADOS EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
 O A: / / HORA: : horas
 A HOSPITALAR A: / / HORA: : horas

· AÇÕES:

NATURA DO RESPONSÁVEL



EXAME FÍSICO (SEGUNDÁRIO)

A

B

C

D

E

A(ALERGIAS)

M(MEDICAÇÃO EM USO)

P(PATOLOGIAS E CIRURGIAS PRÉVIAS)

L(LIQ. E ALIMENTOS INGERIDOS)

A(AMBIENTE E EVENTOS DO TRAUMA)

V (PASSADO VACINAL)

EXAMES COMPLEMENTARES(RADIOLOGIA E IMAGEM)

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

CONDUTA PRIMARIA/MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS

OUTROS

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

ESPECIALISTA 1

HORA: 13:31

DATA:

ESPECIALISTA 2

HORA:

DATA:

ESPECIALISTA 3

HORA:

DATA:

DESTINO DO PACIENTE:

INTERNAÇÃO NA CLÍNICA:

SAÍDA: () DECISÃO MÉDICA () REVELIA () TRANSFERIDO PARA:

ÓBITO: DATA / / HORA

ENTREGUE À FAMÍLIA () COM ATESTADO () S.V.O () ITEP



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

**BOLETIM
OPERATÓRIO****IDENTIFICAÇÃO**

Nome: Manoel Soares de Lencas Reg. Nº _____
Diagnóstico pré-operatório: Fratura de tíbia e fêmur
Indicação terapêutica: _____ Urgência () Eletiva () no dia

INTERVENÇÃO

Data: 25/11/19 Início: _____ Término: _____ Duração: _____
Operador: Dr. Ricardo Araújo CRM/CRO: _____
1º Auxiliar: _____ CRM/CRO: _____
2º Auxiliar: _____ CRM/CRO: _____
Instrumentador: _____
Anestesista: _____ CRM/CRO: _____

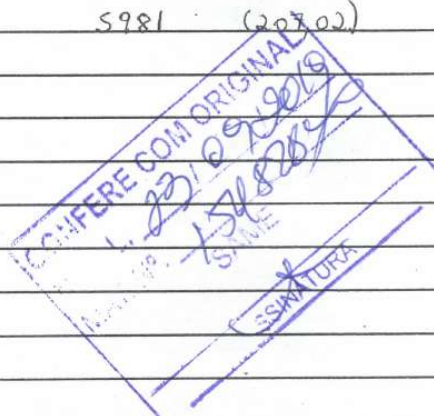
RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO

1. Deu bito ORTEZ
2. Anestesia
3. Limpeza
4. Artroscopia
5. Lavagem com solução fisiológica
6. Redução da fratura de tíbia e fêmur
7. Fixação com placas e parafusos
8. Curativo

Dr. Ricardo Araújo
Ortopedia e Traumatologia
CRM 5001 TEOT 11295

0408060425 (2)

5981 (20702)



Coleta de material anatomo-patológico: () NÃO () SIM QUAL?

Coleta de material para microbiologia: () NÃO () SIM QUAL?

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.





ALGORITMO DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA: 1- AVALIE A RESPOSTA DA VÍTIMA 2- PEÇA AJUDA A OUTRA PESSOA LIGUE 192 QUANDO ESTIVER FORA DE HOSPITAIS 3- ABARE VÍTIMA AEREA, 4- AVALIE RESPIRAÇÃO (VER, OUVIR, SENTIR), 5- SE APNEIA, APLIQUE 2 VENTILAÇÕES DE RESGATE (DISPOSITIVO BOLSA, VALVA, MÁSCARA), 6- AVALIE PULSO CARÓTÍDEO, OU FEMURAL (BRANQUIAL EM LACTENTE), 7- SE PULSO AUSENTE, INICIE COMPRESSIONES TORÁXICAS 100/MIN (PROPORÇÃO 30:2) ATÉ A CHEGADA DO DEB, 8- DEB DISPONÍVEL - APLIQUE 1 CHOQUE 100 J DEB BIPOLAR, 9- RITMO MONITORADO, 10- RITMO NÃO CHOCÁVEL, REINICIE RCP 30:2, 11- AVALIE O RITMO A CADA 5 CICLOS, 12- PARE RCP QUANDO A EQUIPE DE SUPORTE AVANÇADA ASSUMIR, OU CASO A VÍTIMA SE MELHORE, 13- COLOQUE-A EM POSIÇÃO DE RECUPERAÇÃO.

14:05 ~~DR. HENRIQUE~~ 24/04/19

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO 1:

ANAMNESE

Fistula (gastro) Nalux D 6m 15,

Co - intermitente

- VAI

EXAME FÍSICO

- Exame 2g, 6v, 12g

- PCC

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM) ****

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

OUTROS

CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Assinatura e Carimbo do Responsável

Assinatura e Carimbo do Responsável

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

ELEMENTOS DA ESCALA DE COMA GLASGOW	
Abertura Ocilar (AO)	4
Oftos se abrem espontaneamente.	
Oftos se abrem ao comando verbal. (Não confundir com o despertar de uma pessoa adormecida, se assim for marque 4, se não 3)	3
Oftos se abrem por estímulo doloroso	2
Oftos não se abrem.	1
Melhor resposta verbal (MRV)	
Orientado (Responde corretamente e apropriadamente às perguntas sobre seu nome, idade, endereço, está, o porquê, a data e etc.)	5
Confuso (Responde às perguntas corretamente, mas há alguma desorientação e confusão)	4
Palavras inapropriadas (Fala aleatória, mas com traços conversacionais.)	3
Sons ininteligíveis. (Gemejo sem articular palavras.)	2
Ausente.	1
Melhor resposta motora (MRM)	
Obedece a ordens verbais. (Faz coisas simples quando lhe é ordenado.)	6
Localiza estímulo doloroso.	5
Retirada inspecífica a dor.	4
Padrão flexão à dor (Decorticação).	3
Padrão extensão à dor (Decerebração).	2
Sem resposta motora.	1

"ESCALA DE TRIAGEM DO TRAUMA REVISADA - RTS	
DISCRIMINADOR	PONTUAÇÃO
ESCALA DE COMA DE GLASGOW	13-15 = 4 9-12 = 3 6-8 = 2 4-5 = 1
FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA	10-20 = 4 ≥20 = 3 6-9 = 2 1-5 = 1 0 = 0
PRESSÃO ARTERIAL SISTÓLICA	>90 = 4 70-90 = 3 50-70 = 2 1-40 = 1 0 = 0

"Escala de Trauma Revisada (RTS): Escala indica de sobrevivência para pacientes de trauma fechado. Referência: Adaptado de Champion H.L. Sacco W.L. Copps, et al: A revision of the Trauma score, J. Trauma 29(3) 724, 1999.

CLASSIFICAÇÃO DO TCE (ATLS 2005)

03 - 08=grave (necessidade de intubação imediata);
09 - 3=moderado;
14-15=leve

* Referência: TEASDALE G. JENNET, B. Assessment of coma and impaired consciousness. A practical scale. Lancet 1974;2:81-84

"A escala proposta aplica-se a doentes conscientes e que colaboram com idade superior a 3 anos. Na Escala Qualitativa solicita-se ao doente que classifique a intensidade da sua dor de acordo com as seguintes adjetivos:

SEM DOR	LEVE	Moderada	Intensa	Pior Possível
0	1	2	3	4

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO 2:	
ANAMNESE	
EXAME FÍSICO	
IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA	
EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)****	LABORATÓRIO
	OUTROS
CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
Assinatura e Carimbo do Responsável	Assinatura e Carimbo do Responsável

DESTINO DO PACIENTE:		Nº do Boletim de Atendimento:	
INTERNAMENTO NA CLÍNICA:	DATA: / /	HORA:	
SAÍDA:	DATA: / /	HORA:	
Decisão Médica <input type="checkbox"/> À Revelia <input type="checkbox"/> Transferido para:			
ÓBITO:	DATA: / /	HORA:	
Entregue à família	com Atestado <input type="checkbox"/>	S.V.O. <input type="checkbox"/>	I.T.E.P. <input type="checkbox"/>

Médico Responsável

Destacar nessa linha e entregar ao paciente após a sua liberação

DESTINO DO PACIENTE:		Nº do Boletim de Atendimento:	
INTERNAMENTO NA CLÍNICA:	DATA: / /	HORA:	
SAÍDA:	DATA: / /	HORA:	
Decisão Médica <input type="checkbox"/> À Revelia <input type="checkbox"/> Transferido para:			
ÓBITO:	DATA: / /	HORA:	
Entregue à família	com Atestado <input type="checkbox"/>	S.V.O. <input type="checkbox"/>	I.T.E.P. <input type="checkbox"/>



INÍCIO DE CIRURGIA: 16:30h
 CIRURGIÃO: Dr. Ricardo
 1º AUXILIAR: _____
 2º AUXILIAR: _____
 3º AUXILIAR: _____
 TIPO DE CIRURGIA: Amputação de Alux direito.

TÉRMINO DE CIRURGIA: 17:10h
 SONDAGEM VESICAL: SIM () NÃO (x) N° DA SONDA: _____
 SONDAGEM NASOGÁSTRICA: SIM () NÃO (x) N° DA SONDA: _____
 EXAMES LABORATORIAIS: SIM () NÃO (x) RX: SIM () NÃO (x)
 RECEBEU HEMOTRANSFUSÃO: SIM () NÃO (x) TIPO: _____
 RETIRADO PEÇA CIRÚRGICA: SIM (x) NÃO () TIPO: _____

ENCAMINHADO PARA PATOLOGIA: SIM () NÃO (x) FEITO FICHA: SIM () NÃO (x)
 MEMBRO AMPUTADO: SIM () NÃO (x) ENCAMINHADO AO NECROTÉRIO SIM () NÃO (x)
 FEITO ATESTADO PARCIAL DE ÓBITO: SIM () NÃO (x)
 DESPREZADO NO LIXO: SIM (x) NÃO ()
 COMPRESSAS CONFERIDAS: SIM () NÃO (x) QUANTIDADE: _____
 GAZES CONFERIDAS: SIM () NÃO (x) QUANTIDADE: _____
 CAIXA CIRÚRGICA: Pequena Cirurgia, dull Ortopédico
 COMPLETA: SIM (x) NÃO () OBS.: _____
 ÓBITO: SIM () NÃO (x) HORA: _____ REALIZADO RCP: SIM () NÃO (x)
 RESPONSÁVEL PELA RCP: _____
 PACIENTE ENCAMINHADO: CRO (x) UTI () ALTA ()
 EM AR AMBIENTE: SIM (x) NÃO () TRAQUEOSTOMIZADO: SIM () NÃO (x)
 ENTUBADO: SIM () NÃO (x)
 PREENCHIDO AIH: SIM (x) NÃO ()
 FEITO BOLETIM OPERATÓRIO PELO CIRURGIÃO: SIM (x) NÃO ()

FEITO BOLETIM DE ANESTESIA: SIM (x) NÃO ()
 OBSERVAÇÕES: 16h30 Paciente admitido no centro cirurgico para realizar procedimento de amputação do Alux direito (H-ED), consentido orientado em O2 ambiente. Realizado anestesia raquel pelo anestesista. Paciente monitorizado. Realizado diagnóstico pelo cirurgião. Cirurgia seguiu em curso. Alux direito amputado, desprezado no lixo. Administrados antibióticos em Sala (Oxipol 2g). 17:30h Paciente encaminhado para SPCA sob efeito de anestesia raquel, consentido, orientado, em O2 ambiente. SSV: FC: 55 bpm; FR 13 rpm; PA 112x69mmHg SPO2 95%. Romila

Assinatura do (a) Enfermeiro(a)

Romila Balli
 Assinatura do Circulante

Phimicelli
 Assinatura do Instrumentado

ESTE HOSPITAL É SEU, É MEU, É NOSSO.

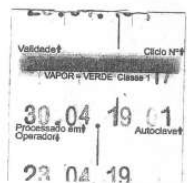
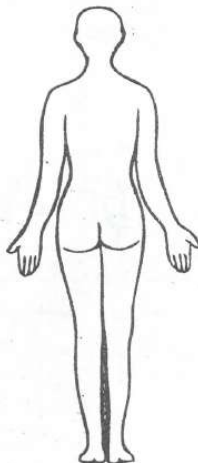
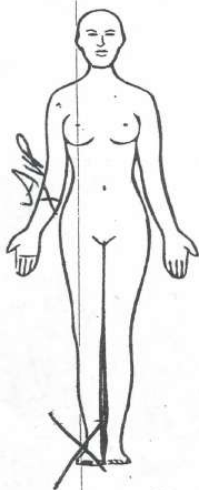




GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM

FICHA DE ADMISSÃO DE ENFERMAGEM E DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

NOME DO PACIENTE: Yonael Gomes da Silva
DATA DE NASCIMENTO: 21/01/1942 IDADE: 49 anos
REGISTRO: 394812019
DATA DE ADMISSÃO: 25/04/2019 HORA: 15:50hs
ADMISSÃO DO PACIENTE: Ortopedia
CLÍNICA CIRÚRGICA RESPONSÁVEL: Ortopedia
HIDRATAÇÃO: SIM (X) NÃO () VIA: PERIFÉRICO: (X) ACESSO CENTRAL: ()
NÍVEL DE CONCIÊNCIA: CONCIENTE (X) ORIENTADO () VIGIL () AGITADO ()
INCONSCIENTE: ()
ESTADO GERAL: BOM () REGULAR (X) GRAVE ()
SISTEMA RESPIRATÓRIO: AR AMBIENTE () M.V. () ENTUBADO () TRAQUEOSTOMIZADOR ()
ALÉRGICO: SIM () NÃO (X) HIPERTENSO: SIM (X) NÃO ()
DIABÉTICO: SIM () NÃO (X) ASMÁTICO: SIM () NÃO (X)
DOENÇA RENAL: SIM () NÃO (X) OUTRAS PATOLOGIAS: _____
MEDICAÇÕES EM USO: Losartoma
CIRURGIAS ANTERIORES: _____
EXAMES COMPLEMENTARES: SIM () NÃO (X)
OBSERVAÇÃO: _____
ÁREA DE TRICOTOMIA: _____ HORA: _____
ÁREA DE PUNÇÃO: _____ HORA: _____
OBS: MARCAR LOCALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO, PUNÇÃO E TRICOTOMIA



17hs.
FC 61 bpm
FR 15 Rpm
PA 113 x 69 mmHg
SpO2 95%



JALECO N° _____ ACESSO CENTRAL: _____
INSTRUMENTADO: Unicelly
CIRCULANTE: Komiko Kalle
TIPO DE ANESTESIA: GERAL () RAQUÍ (X) PERIDURAL () B.P.B. () LOCAL ()
OBS.: _____
ANESTESISTA: Dre Andréia
INÍCIO DE ANESTESIA: 16:20hs
TÉRMINO DE ANESTESIA: 17:15hs
ANTIBIÓTICO ADMINISTRADO: Cefazol 2g
HORA: 16:30hs

ESTE HOSPITAL É SEU, É MEU, É NOSSO.

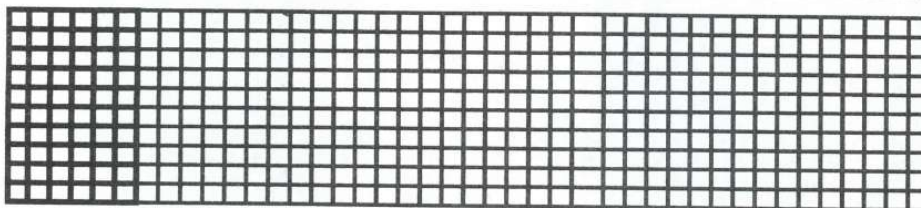




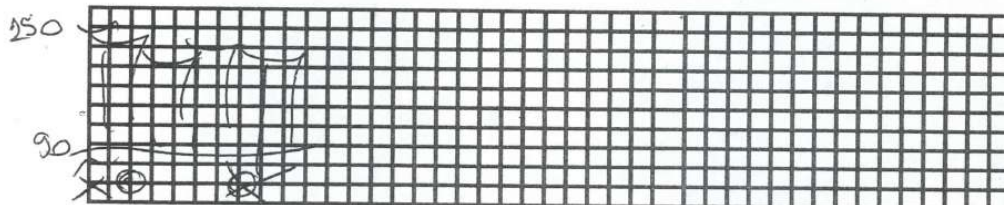
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

FICHA DE ANESTESIA

Paciente: Manoel Gomes de Silva ASA: II
Idade: 77a Sexo: M Registro: 124446
Diagnóstico: Fratura exposta do Humerus D Data: 25/07/18
Cirurgia Realizada: Tratamento Cirúrgico
Cirurgião: Dr Ricardo Malhão Auxiliar: _____
Anestesiologista: Dr Andréa Enfermagem: _____
História Clínica Admissional: Paciente vítima de acidente de moto com fratura da perna D. Refere ser hipertenso controlado por medicação que não sabe qual. E nega drogas.
Técnica Anestésica: Região anestesia. Puncão do esp. subdural em 3-4, 1 Ag 25, UCL claro.



ECG + SpO_2 +
P&NT



Início: 16:22 / 16:30

Término: 17:15

Anestésicos Utilizados:

1. Neocate 0.5% - 12g
2. Dantrol 1g
3. Dantrol 1g
4. Dantrol 1g
5. Dantrol 1g
6. VF 0.9% - 100ml
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____

2. Fenta p longo
4. Gezalina - 2g
6. Dantrolina - 4g
8. _____
10. _____
12. _____
14. _____

Encaminhamento: ao UO



Andréa Karla Fonseca Pinto
Anestesiologia

Assinatura do Anestesiologista: Andréa Karla Fonseca Pinto CRM: 3907 CPF: 588.629.274-87

ESTE HOSPITAL É SEU, É MEU, É NOSSO.





HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL
Admissão de Internamento Hospitalar

Nº FIA: **3948 /2019**

Prontuário: 1184544

CNS - 704503381441917

Paciente: **124446 - MANOEL GOMES DA SILVA**

Cartão SUS: 898002397388482

CPF: 37904450453

Dt Nasc: 21/01/1942

Idade: 77 anos 3 meses 4 dias

Sexo: M

Etnia: SEM

Estado Civil: NÃO INFORMADO

INFORMACAO

Nome da mãe: DOMITILA PEREIRA

Nome do pai:

Rua/Av: JOSE BEZERRA

Complemento:

CEP: 59275000

Telefone: 84 996351351 84 996351351

Especialidade: ORTOPEDICA

Responsável: MANOEL GOMES DA SILVA -

Usuário: MARIA XAVIER

Nº: 1

Bairro: CENTRO

Cidade: SAO JOSE DO CAMPESTRE

Unidade: PS - ORTOPEDIA

Leito: 1012

Admissão: 25/04/2019 14:37:39

Alta: 02-05-19

Óbito:

Dias de permanência:

DIAGNÓSTICO INICIAL: S92.4 - FRATURA DO HALUX

408050691 -

DIAGNÓSTICO FINAL:

RESUMO DE ALTA

CONFERE COM ORIGINAL
NATAL. 25/04/2019
MAT. Nº. 1518870
ASSINATURA

NATAL, 25 de Abril de 2019.

ASSINATURA DO MÉDICO RESPONSÁVEL - CRM







GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

EVOLUÇÃO
MULTIDISCIPLINAR

Nome:

Idade:

Nº Registro:

Sexo:

EVOLUÇÃO MULTIDISCIPLINAR

DATA

25/4

Amputação por trauma
no fêmur do
pé direito

Dr. Ricardo Araújo
Ortopedia e Traumatologia
CRM 5001 TEOT 11295

CONFERE COM ORIGINAL
NATAL Nº. 23109809
MAT. Nº. 25108210
ASSINATURA

25/4 - Paciente previamente da ortopedia por amputação
de alça direita, admitido no CO as 17:46
comente, orientado contatante; AVP em MSD;
curativo em M.D. SSVV (temporário 616PM); hipotensão
(15mmHg), hipotensão (113x65mmHg). Familiar relata
que o paciente é hipertensionado e faz o uso de
hidroclorotiazida 25mg. Não relata alergia a mega
alergia. Enfisema crônico.

26/4

sem dor

27/4

F.O. ASPECTO
CI. NOVO

28/4

sem dor

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial traumas, de acordo com as melhores práticas
clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.

Dr. Ricardo Araújo
Ortopedia e Traumatologia
CRM 5001 TEOT 11295







Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 01 de Novembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190597548

Vítima: MANOEL GOMES DA SILVA

Data do Acidente: 25/04/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ERIC TORQUATO NOGUEIRA

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), MANOEL GOMES DA SILVA

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.350,00

Dano Pessoal: Dedos do pé-Perda anatômica completa de qualquer

um dos dedos do pé 10%

Graduação: Em grau completo 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 10%) 10,00%

Valor a indenizar: 10,00% x 13.500,00 = R\$ 1.350,00

Recebedor: MANOEL GOMES DA SILVA

Valor: R\$ 1.350,00

Banco: 237

Agência: 000000906-7

Conta: 000000019486-7

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



CONTRATO DE HONORÁRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

CONTRATANTE: MANOEL GOMES DA SILVA, brasileiro, viúvo, aposentado, inscrito no CPF/MF sob o nº 379.044.504-53, portador da cédula de identidade nº 172672 ITP/RN, residente e domiciliado na Rua José Bezerra, nº 108, Centro, CEP: 59275-000, São José de Campestre/RN.

CONTRATADO(S): ERIC TORQUATO NOGUEIRA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 11.760, portador do CPF/MF nº 061.387.934-12, RG 3393071 – SSP/RN, com endereço profissional situado na Avenida Romualdo Galvão - Edifício Sfax (sala 803) -, nº 293, Tirol, Natal/RN, CEP 59020-640.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O CONTRATADO obriga-se, em cumprimento do presente contrato e das procurações que lhe forem outorgadas, a prestar serviços advocatícios profissionais (requerimento administrativo e/ou judicial de seguro DPVAT) na defesa dos direitos do CONTRATANTE, praticando com zelo a atividade jurídica que for necessária para o bom cumprimento do mandato.

CLÁUSULA SEGUNDA - Como remuneração profissional, o CONTRATADO receberá, a título de honorários, *pró-labore*, a importância de 30% (trinta por cento) sobre todos os valores em caso de procedência na causa ou acordo firmado no curso do processo, mesmo em caso de subestabelecimento com ou sem reserva de poderes.

§1º - Caso o pagamento não seja realizado na data ou na etapa prevista, será cobrada multa equivalente a 2% (dois por cento), bem como juros de mora, no percentual de 1% (um por cento) por mês de atraso.

§2º - Se, porventura, o CONTRATADO optar em separar o valor devido a título de honorários advocatícios contratuais e/ou sucumbenciais, seja no âmbito administrativo ou judicial, poderá juntar o contrato de prestação de serviços advocatícios no processo para que se cumpra a finalidade pretendida.

§3º - Havendo condenação ou acordo envolvendo honorários de sucumbência, estes pertencerão exclusivamente ao CONTRATADO.

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente contrato vigora enquanto a ação estiver em trâmite ou pendentes quaisquer obrigações provenientes da causa, em qualquer caso no primeiro grau de jurisdição OU, caso seja acordado entre as partes mediante reajuste quanto aos honorários advocatícios, até as instâncias superiores.

§1º - Eventual interposição de recurso, embargos etc, fica estipulado o pagamento da importância de 1 (um) salário mínimo vigente, exceto quando o CONTRATADO dispensar o pagamento.

CLÁUSULA QUARTA: Da Desistência ou Revogação - Fica estabelecido que em caso de desistência ou revogação por parte do CONTRATANTE, antes de iniciados os serviços especificados na cláusula segunda, serão devidos ao(s) CONTRATADO(S), a título de honorários por assessoria e/ou consultoria jurídica, a importância estipulada na tabela de honorários da OAB/RN para esse fim.

§1º - Fica obrigado o CONTRATANTE ao pagamento dos valores estabelecidos na cláusula segunda se rescindir o presente instrumento com a ação em curso. Caso o montante seja inferior à importância de 1 (um) salário mínimo vigente, fica obrigado o CONTRATANTE a complementar o montante. Do mesmo modo, o CONTRATANTE fica obrigado ao pagamento dos honorários no valor contratado na cláusula segunda se acordar ou transigir de qualquer forma com a parte contrária, obstando o seguimento das ações previstas na cláusula primeira, ou dando-lhes fim, sem prejuízo do montante advindo com os ônus da sucumbência a cargo da parte vencida, caso obtenha êxito na(s) demanda(s) intentada contra terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE fica ciente que a ausência injustificada à audiência caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça e pode incidir multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida (art. 334, §8º, CPC);

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE também está plenamente ciente quanto à possível condenação em honorários de sucumbência;

CLÁUSULA SÉTIMA - Havendo alteração de endereço e/ou do número do telefone, fica obrigado o CONTRATANTE a comunicar ao CONTRATADO o novo endereço e/ou contato telefônico;

CLÁUSULA OITAVA - Se a causa exigir serviços fora da comarca-sede do CONTRATADO, implicando em seu deslocamento, ficará ressalvado a este o direito de executá-los pessoalmente ou por advogado subestabelecido, correndo por conta do(a) CONTRATANTE as despesas de viagem, estada, transporte e honorários do subestabelecido.

CLÁUSULA NONA - Para todas as questões decorrentes deste contrato, será competente o foro da comarca de Natal/RN.

Natal, 23 de setembro de 2019.


CONTRATANTE





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

0860089-92.2019.8.20.5001

AUTOR: MANOEL GOMES DA SILVA

RÉU: MAPFRE SEGUROS

DECISÃO

Vistos,

Considerando o preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos da petição inicial, bem como o atendimento às condições da ação, não sendo caso de improcedência liminar do pedido, recebo a inicial.

Haja vista a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

Consoante preconiza o Enunciado n.º 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”.

Com efeito, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.



Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10(dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

P. I. Cumpra-se.

Natal, 18 de dezembro de 2019

ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

